

# **COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**

## **REQUERIMENTO N.º        /2017 (Do Sr. Altineu Côrtes)**

Requeiro com fundamento no art. 255 e no art. 256, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater sobre à suposta existência de uma “indústria de multas” em “lombadas eletrônicas” e outros assuntos relativos à fiscalização do trânsito por meio de dispositivos eletrônicos.

**Senhor Presidente,**

Requeiro com fundamento no art. 255 e no art. 256, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública para debater sobre à suposta existência de uma “indústria de multas” em “lombadas eletrônicas” e outros assuntos relativos à fiscalização do trânsito por meio de dispositivos eletrônicos. Para tanto, solicito que sejam convidados:

- Presidente do DENATRAN;
- Diretor Geral do DNIT;
- Engenheiro de Tráfego;
- Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal;
- Representante do TCU.

### **JUSTIFICATIVA**

O Brasil vem enfrentando ao longo dos anos diversas denúncias em relação à sinalização, à instalação e à aplicação de multas por instrumentos eletrônicos de medição de velocidade de operação autônoma nas vias e rodovias do território brasileiro.

Há até mesmo uma expressão utilizada para descrever tal situação: “indústria de multas”.

Não se está questionando a eficácia dos radares eletrônicos. É indubitável que tais aparatos contribuem para diminuição da quantidade de acidentes em determinadas vias. O que se pretende com essa audiência pública é debater e mostrar para sociedade civil os critérios que a Administração Pública Federal utiliza para instalar os equipamentos que aferem a velocidade dos veículos e quais os mecanismos que o Poder Público utiliza para fiscalizar os contratos entre as empresas que fornecem e operam os aparelhos e as diversas prefeituras e órgãos de trânsito dos estados e municípios.

Trata-se de uma questão de legalidade e, acima de tudo, de constitucionalidade. Isso porque a aplicação de multas é verdadeiro exercício de poder de polícia da Administração Pública. As empresas privadas que instalam os instrumentos que aferem velocidade dos veículos de forma eletrônica e extraem multas de trânsito, estão praticando atos materiais de execução desse poder de polícia. Dessa forma, cabe a esta Casa analisar a questão de forma pormenorizada, vez que, apesar de não haver delegação do poder de polícia, aqueles que estão realizando a fiscalização estão prestando serviço público de suma importância. Além disso, pretende-se certificar de que não há enriquecimento ilícito por parte dessas empresas ou do próprio Poder Público na arrecadação oriunda das multas de trânsito.

Sala da Comissão,      de agosto de 2017.

Deputado **Altineu Côrtes**  
**PMDB/RJ**